

LUCIENE MACIEL STUMBO MORAES

**O COLÉGIO PEDRO II E O PROCESSO DE EQUIPARAÇÃO
AOS INSTITUTOS FEDERAIS: TRANSITANDO ENTRE
TRADIÇÕES, HERANÇAS E TRANSFORMAÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão Pública para o desenvolvimento econômico e social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Filipe Souza Corrêa (PPGPUR-IPPUR-UFRJ).

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2022

CIP - Catalogação na Publicação

M828c Moraes, Luciene Maciel Stumbo
O Colégio Pedro II e o processo de equiparação aos Institutos Federais : transitando entre tradições, heranças e transformações / Luciene Maciel Stumbo Moraes. -- Rio de Janeiro, 2022.
38 f.

Orientador: Filipe Souza Correa.
Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Gestão Pública, 2022.

1. Colégio Pedro II. 2. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia - Brasil. 3. Gestão e avaliação da educação pública. 4. Processo de Equiparação. I. Correa, Filipe Souza , orient. II. Título.

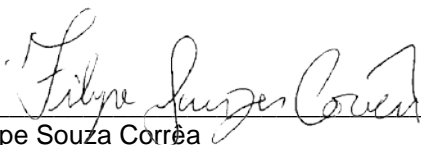
LUCIENE MACIEL STUMBO MORAES

**O COLÉGIO PEDRO II E O PROCESSO DE EQUIPARAÇÃO
AOS INSTITUTOS FEDERAIS: TRANSITANDO ENTRE
TRADIÇÕES, HERANÇAS E TRANSFORMAÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA



Filipe Souza Corrêa

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PUR/IPPUR-UFRJ.

Maria Aparecida Abreu

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PUR/IPPUR-UFRJ.

RESUMO

Esta pesquisa investiga tradições, heranças, rupturas e transformações no/do Colégio Pedro II - CPII com o processo de equiparação aos Institutos Federais, identificando modificações na estrutura institucional a partir da publicação da Lei 12.677, de 25 de junho de 2012. O trabalho busca compreender possíveis mudanças ou permanências nas relações de poder e nos níveis da cultura organizacional do CPII. Operando com as Teorizações do Discurso (LACLAU 1996, 1998, 2005, 2011; LACLAU E MOUFFE 2004; BURITY 2008), trabalha com a perspectiva de que o jogo político é constitutivo do social e que qualquer ordem social é resultado das lógicas de equivalência e diferença. As reflexões estão em uma zona de fronteira (VALDEMARIN, 2010) entre a Educação e a Gestão Pública, configurando uma pesquisa qualitativa. O trabalho demonstra que a configuração da própria estrutura do CPII se modificou após o movimento de equiparação, evidenciando traços e disputas entre antigas formas de interpretar a instituição e novas percepções. Algumas heranças resistem ao tempo e se fazem presentes mesmo diante do processo de modificação. Ocorreram rupturas, mas em um Colégio secular, mudanças administrativas e organizacionais tensionam antigas mentalidades e enfrentam resistências.

Palavras-chaves: Colégio Pedro II, Institutos Federais, Gestão Pública

ABSTRACT

This research investigates traditions, inheritances, ruptures and transformations in/from Colégio Pedro II - CPII with the process of assimilation to the Federal Institutes, identifying changes in the institutional structure from the publication of Law 12.677, of June 25, 2012. The work seeks to understand possible changes or permanence in power relations and levels of organizational culture of the CPII. Operating with Discourse Theorizations (LACLAU 1996, 1998, 2005, 2011; LACLAU E MOUFFE 2004; BURITY 2008), works with the perspective that the political game is constitutive of the social and that any social order is the result of the logic of equivalence and difference. Reflections are in a border zone (VALDEMARIN, 2010) between Education and Public Management, configuring a qualitative research. The work demonstrates that the configuration of the CPII structure itself changed after the equalization movement, showing traces and disputes between old ways of interpreting the institution and new perceptions. Some legacies resist time and are present even in the face of the modification process. There have been ruptures, but in a secular College, administrative and organizational changes strain old mentalities and face resistance.

Keywords: Colégio Pedro II, Federal Institute, Public Administration

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	5
2 - REFERENCIAIS TEÓRICOS	7
3 - METODOLOGIA	11
4 - ANÁLISE	15
5 - CONCLUSÕES:	31
REFERÊNCIAS:	34

1 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender tradições, heranças, rupturas e transformações no/do Colégio Pedro II - CPII com o processo de equiparação aos Institutos Federais, identificando possíveis modificações na estrutura institucional relacionadas ao processo de equiparação iniciado a partir da publicação da Lei 12.677, de 25 de junho de 2012. Assim, esta superfície textual traz a intenção de entender possíveis mudanças ou permanências nas relações de poder e nos níveis da cultura organizacional do Colégio Pedro II. O objeto de pesquisa foi delineado a partir da própria prática cotidiana da pesquisadora que trabalha na instituição desde o ano de 2008 e que (re)construiu seu objeto buscando compreender cientificamente dinâmicas institucionais socialmente relevantes neste processo, considerando-se a importância do CPII no cenário educacional brasileiro.

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstituir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto. (BOURDIEU, 2010, p.20)

O trecho citado permite refletir sobre como os objetos de pesquisa são configurados/reconfigurados por meio de múltiplos olhares, além de permitir pensar sobre a possibilidade de ampliação de diferentes leituras a partir de temas iguais ou muito semelhantes, apreciando diversos pontos de vista e formas de abordagem. Considerando que a construção dos objetos de pesquisa é entrecortada por diferentes questões, torna-se fértil destacar que a tesoura dos recortes e as interações são mobilizadas no fazer dos pesquisadores.

Seguindo essa perspectiva, a construção de um objeto pode se desenvolver a partir de diferentes ângulos, e mesmo temas revisitados podem vir a oferecer sempre novas abordagens. Desse modo, ainda que diversas pesquisas já tenham sido desenvolvidas no âmbito do Colégio Pedro II, versando sobre inúmeros temas, busco contribuir com uma reflexão sobre as alterações nas perspectivas organizacionais da instituição, a partir da minha inserção pessoal nessa estrutura, que será detalhada na

seção metodológica. Pois almejo refletir sobre tais alterações no Colégio, a partir da mudança paradigmática que a equiparação aos Institutos Federais representou, após a publicação da Lei 12.677, de 25 de junho de 2012. Considerando que estas Unidades Educacionais são regidas pela Lei 11.892, de 28 de dezembro de 2008, o Pedro II precisou se repensar. Tal mudança alterou a estrutura organizacional e, com isso, as antigas Unidades Escolares passaram de forma automática, independentemente de qualquer outra formalidade, à condição de *campus*; a antiga Direção-Geral de todo o Colégio Pedro II tornou-se Reitoria, e as principais decisões institucionais, que antes eram centralizadas, passaram a ser realizadas em diferentes fóruns, o que gerou tensionamentos internos que aparecem na superfície textual deste trabalho.

A Lei 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, atribuiu aos Institutos Federais uma natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O CPIL, diferente dos outros Institutos, já era uma autarquia do MEC desde a assinatura do Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967. Considerando que cada Instituto Federal é organizado por uma estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e a Reitoria, sendo detentor de autonomia local em sua relação com a Reitoria; o CPIL teve que modificar sua estrutura porque as antigas Unidades não possuíam autonomia em diversos aspectos, sobretudo com relação à gestão financeira. Além disso, a estrutura organizacional pedagógica e administrativa do Colégio Pedro II era muito diferente dos recentes Institutos Federais, fato demonstrado ao longo do texto.

Assim, foi a partir de meu “espaço de experiência” enquanto professora-pesquisadora-gestora do Colégio Pedro II que o objeto de pesquisa foi gestado. Tal objeto busca alcançar novos “horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 1992), pois carrego comigo a necessidade sentida de ampliar as discussões sobre as tensões que envolvem o processo de equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos federais. Os referenciais teóricos e metodológicos mobilizados ao longo do texto revelam a inquietação de uma agente institucional que assume diferentes posições de sujeito, e que deseja compreender quais mudanças ocorreram no decorrer do processo de equiparação aos Institutos Federais. Além de entender como tais mudanças impactaram na estrutura organizacional da instituição.

Buscando tal compreensão, trago para o diálogo nesta superfície textual autores como Burity (2008) e Laclau (2005), pois a teoria social do discurso de Laclau e Mouffe (2004) pode ser considerada também como uma teoria política da hegemonia. Considerando essa interpretação, busco entender quais sentidos de Escola se tornam hegemônicos no Colégio Pedro II após o movimento de equiparação aos Institutos Federais e como esses novos sentidos modificam a estrutura da instituição? No quadro teórico privilegiado nesta pesquisa, o jogo político é constitutivo do social e a argumentação a favor dessa interpretação da dinâmica do político, encontra embasamento teórico no diálogo estabelecido por Laclau e Mouffe (2004) com as teorizações do discurso.

2 - REFERENCIAIS TEÓRICOS

As escolhas teóricas e empíricas que permeiam a construção dos objetos de estudo, desafio dos pesquisadores, em sua contingência, muitas vezes transmudam interlocuções antes produtivas, apresentando limites ou menor fertilidade na medida em que os dados encontrados/produzidos trazem para o debate elementos novos, diversos e/ou imprevistos, que colocam certezas anteriores em xeque, fazendo com que o sujeito investigador construa e reconstrua seu objeto a partir de novos olhares.

O caminhar da construção do objeto aqui privilegiado, levou a necessidade de trabalhar com alguns elementos conceituais da teoria política de Laclau e Mouffe (2004) como, por exemplo, o termo discurso; pois a pesquisa encontra-se na pauta de uma teoria da hegemonia. O processo de hegemonização de um dado significativo alude a processos de universalização de sentidos. Tais processos evocam a emergência, ainda que provisória, de uma representação que se pretende universal. No quadro de inteligibilidade evidenciado, a hegemonia representa uma ação contingente, precária e (re)construída perante negociações momentaneamente possíveis, que conseguem ter maior ou menor duração diante de determinadas condições. Discurso e poder caminham juntos. Em concordância com Burity (2008) e Laclau (2005), o termo discurso não se limita a uma ideia de fala ou de escrita, mas a

(...) um conjunto de elementos nos quais as relações desempenham um papel constitutivo. Isso significa que estes elementos não pré-existem ao complexo relacional, mas se constituem por meio dele. Assim “relação” e “objetividade” são sinônimas. (LACLAU, 2005, p.86, tradução livre)

Seguindo este raciocínio, o próprio processo discursivo pode ser entendido como processo de significação, em meio ao qual as articulações estabelecidas disputam e produzem sentidos de mundo e de Escola; criando cadeias de equivalência a partir de determinados significantes. Segundo Laclau (1996, 1998, 2005, 2011), nada pode ser apreendido como objeto de reflexão fora do jogo da linguagem, cabendo sinalizar que tal jogo opera com duas lógicas distintas, mas complementares: a lógica da equivalência e a da diferença. Em que difere o Colégio Pedro II de outros Institutos Federais e quais cadeias de equivalência se constroem após a equiparação para aproximar seu funcionamento ao dos Institutos? O Colégio Pedro II, por ser uma Escola do Período Imperial e uma autarquia mais antiga, possui tradições e heranças muito distintas quando comparado aos recentes Institutos, mas ao mesmo tempo a legislação atual força uma aproximação, onde o CPII passa a atuar como se estivesse na mesma cadeia de equivalência.

A lógica da equivalência, segundo Laclau (1996, 1998, 2005, 2011), pode ser definida a partir da articulação de unidades diferenciais em uma mesma cadeia equivalencial, com o intuito de atenuar ou mesmo sufocar diferenças constitutivas. A lógica da diferença, de outro modo, intervém com o intuito de interromper esse processo, estabelecendo a fronteira que fecha provisoriamente essa cadeia equivalencial, ao colocar para fora o seu antagônico, isto é, o outro que por sua vez também se inscreve em outras cadeias de sentido que constituem o que na teoria do discurso laclauniana é nomeado como um 'exterior constitutivo'. Seguindo essa lógica de pensamento, o Colégio Pedro II possui aproximações que o coloca na mesma cadeia de equivalência de outros Institutos Federais, como por exemplo, embasamento nos mesmos textos legais, visto que as instituições citadas são da esfera federal. Entretanto, fronteiras discursivas são estabelecidas, muitas vezes apoiadas nas antigas tradições e na própria história da Escola, o que distancia o CPII dessas outras instituições. A fronteira entre o que é e o que não é considerado próprio do Colégio Pedro II demarca os fechamentos contingentes e permanentemente em disputa e consubstancializa-se em práticas institucionais que se hegemonomizam em

detrimento de outras. Segundo Laclau (2005, 2011), qualquer ordem social é resultado das lógicas de equivalência e diferença. A pesquisa aqui realizada interpreta que a ordem/organização/ordenamento escolar do CPII acaba sendo resultado dessas duas lógicas.

Cabe ressaltar que as análises sobre a dimensão do político (MOUFFE, 2011; LACLAU E MOUFFE, 2004; MARCHART, 2009, 2007) tendem a se organizar em torno das noções de antagonismo e hegemonia. A interpretação da política como processo democrático, implica uma negociação permanente sobre qual demanda e/ou significante particular irá ocupar, ainda que contingencialmente, um lugar de universal. Diante da inexistência da possibilidade de uma representação de sentidos plena, estabelece-se um processo constante de constituição dessa representação a partir de um processo de hegemonização¹. Como afirma Mouffe (2005):

Considerando-se que qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de poder, a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável (MOUFFE, 2005, p.19)

Logo, torna-se possível interpretar que cada consenso exista como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta algum tipo de exclusão. O Colégio Pedro II equiparado, torna-se uma outra organização, que excluiu algumas antigas lógicas de organização que foram hegemônicas no passado; mas manteve outras, como herança, que conseguiram coexistir com novas perspectivas. Nessa perspectiva, o conceito de hegemonia é interpretado como prática articulatória discursiva definidora do próprio jogo político democrático transportado para o interior da instituição. E a palavra democracia é

¹ O conceito de hegemonia surge na tradição marxista como resposta a novas formas de configurações sociais. Apesar de ter sua origem na social-democracia russa e estar presente no pensamento de Lênin, o conceito foi desenvolvido de forma mais profunda por Gramsci. Ele destaca a importância de desenvolver uma classe dirigente que se mantenha/sustente pelo consentimento das massas e não somente pela coerção. Gramsci ressalta a importância de questões como cultura e ideologia, para ele a consciência crítica é desenvolvida por meio de uma disputa de hegemonias contrastantes, no campo da ética e no âmbito político e econômico. Levando a uma elaboração superior de uma concepção do real. Laclau e Mouffe (2004) desenvolveram uma nova abordagem do conceito de hegemonia expandindo a noção gramsciana para refletir sobre a configuração social do capitalismo tardio, observando como se desenvolvem as disputas hegemônicas nesse novo contexto histórico-social. Os autores ligam a lógica político-interpretativa de Gramsci à uma chamada crítica filosófica radical, ancorando-se nas reflexões pós-estruturalistas. O caráter aberto e incompleto do social é interpretado como uma pré-condição de toda prática hegemônica, conseqüentemente nenhuma lógica hegemônica poderia dar conta da totalidade do social porque se produziria uma nova sutura.

identificada como um termo importante para o CPIL, presente em documentos e evocada em diferentes fóruns como, por exemplo, o Conselho Superior da instituição. Já a categoria antagonismo, emerge como responsável pela incompletude do social, impedindo a ideia de uma esfera sem exclusões. As articulações hegemônicas acontecem a partir do enfrentamento das práticas articulatórias antagônicas. Cabe ressaltar que a disputa por tornar-se hegemônico é também a representação de um espaço vazio, um lócus onde se deseja estar/fixar/dominar. Tal possibilidade nunca é plena, contudo torna-se in lócus de disputa permanente entre diversos discursos que participam das negociações de sentidos.

Equiparado aos IFES o Colégio Pedro II, hoje, conta com 14 *campi*, estando 12 deles localizados no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias. A estrutura multicampi envolve necessariamente processos institucionais democráticos. Segundo Libâneo (2001), a participação constitui elemento imprescindível na garantia de uma gestão democrática escolar porque os sujeitos da Escola passam a estar presentes nas discussões, decisões, acompanhamento e avaliação das propostas, sendo parte integrante das ações de modo sistemático. Considerando que para Laclau e Mouffe (2004) toda tentativa de fechamento e de fixação de sentido é ideológica, qualquer postura individual e/ou coletiva reflete um projeto de sociedade. Assim, uma Escola democrática revela um projeto de sociedade, pois a democracia não tem lugar em terrenos neutros e o estabelecimento de novas hegemonias requer a criação de novas fronteiras políticas. Essa perspectiva interpreta a Escola como um tempo/espaço dinâmico e vivo, envolvendo a todos e considerando que todos os membros da comunidade escolar têm potencial para sugerir, construir/reconstruir e transformar. É possível perceber pela legislação federal e pelo fato de os Institutos Federais terem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior que a gestão democrática é importante na instituição para favorecer o processo de ensino-aprendizagem, tornando todos os membros da comunidade escolar participantes do processo de ensinar e de aprender.

A transformação do espaço/tempo escolar, por meio do exercício da democracia, pode tornar os sujeitos mais conscientes de sua agência no mundo. A Escola, enquanto instituição, caminha na direção de perceber os gestores como instrumentos de intervenção não só na esfera educacional, mas na esfera social. Nessa perspectiva, o papel dos gestores é ressaltado como alguém comprometido com uma proposta participativa e transparente, cuja liderança e postura aberta ao

diálogo nos fóruns pode propiciar a participação da comunidade para que a ação democrática se concretize de fato, consubstanciando a legislação dos Institutos Federais e promovendo um ambiente com relações mais horizontalizadas e com respeito às funções dos diversos segmentos que convivem na instituição. Sendo assim, o desenvolvimento de uma gestão democrática dentro da Escola representa para o Colégio Pedro II um desafio instigante, que envolve não apenas os representantes eleitos, mas representa um compromisso assumido por todos para que ela se constitua como um elemento de transformação social em sentido mais amplo. A própria noção de processo de democratização do CPII, o aproxima dos Institutos Federais, que já nasceram com a previsão de funcionamento por meio de fóruns institucionais e com regramentos de consulta para eleição de suas lideranças.

Reconhecendo que as relações entre teoria e empiria são sempre dinâmicas e híbridas, apresentarei na seção metodológica as interlocuções que foram se mostrando pertinentes aos questionamentos e encaminhamentos que venho trazendo. Porque as escolhas metodológicas foram realizadas em consonância com o recorte teórico e com as possibilidades dos agentes institucionais que participaram da pesquisa.

3 - METODOLOGIA

Torna-se importante ressaltar que meu lugar de fala está diretamente relacionado a meu local de trabalho diário, pois o Colégio Pedro II constitui meu órgão de lotação. Considerando minha UORG, Campus Tijuca I, assumo um lugar de fala específico como Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, ocupando, atualmente, um cargo de direção no CP2 (CD2). Como Diretora-geral de Campus, estou vinculada hierarquicamente de forma direta às cinco atuais Pró-Reitorias da instituição: PROEN, PRODI, PROAD, PROGESP, PROPGPEC², precisando atender suas demandas. Também é preciso atender às convocações que o Reitor faz aos Diretores-Gerais de Campi e aos Pró-Reitores, lembrando que os últimos estão diretamente vinculados à Reitoria, de acordo com o organograma institucional. Destaco que meu ingresso no órgão se deu em 20 de fevereiro de 2008, por meio da

² Falarei mais especificamente sobre elas no trecho referente a análise.

Portaria 113 (os dados podem ser acessados com facilidade por meio do sistema SouGov), de nomeação em caráter efetivo, de acordo com o artigo 9, Item I, da lei 8112/90. O ato de nomeação como Diretora-Geral do Campus Tijuca I se deu pela Portaria 3748, de 1º de Dezembro de 2017, assumindo, ainda, a responsabilidade de ordenação de despesas. O Campus Tijuca I, onde atuo, é um dos 14 atuais campi da instituição, cada um dos Campi representa uma UORG do órgão Colégio Pedro II. Considerando minha atuação enquanto professora, servidora pública em cargo de gestão, preciso trabalhar tendo como horizonte os poderes/deveres da administração pública. Em âmbito discricionário de conduta, é preciso que meus atos estejam coadunados com a conveniência e a oportunidade do interesse público, considerando os limites da razoabilidade e proporcionalidade.

Com isso, meu trabalho diário é realizado em uma “zona de fronteira” entre a Educação e a Gestão Pública, pois, para que a Escola possa atender o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, é preciso que a Gestão consiga prover as necessidades finalísticas da instituição.

A definição de um foco de abordagem e o estabelecimento de fontes documentais pertinentes não sendo modificados durante a elaboração, entrecruzados com novas possibilidades interpretativas nascidas das interfaces temáticas. Tomando a indicação de Gaston Bachelard (1997), pode-se dizer que os problemas mais interessantes surgem nas “zonas de fronteira”, pródigas no campo pedagógico, dada a variedade de atores envolvidos e a multiplicidade de elementos teóricos e práticos postos em jogo. (VALDEMARIN, 2010, p. 62)

Esta pesquisa, assim como as palavras de Valdemarin sugerem, se inscreve em uma área fronteira entre a Educação e a Gestão Pública. Trabalhar na confluência dessas áreas permite compreender um pouco melhor a complexidade das modificações na estrutura do Colégio Pedro II após a equiparação aos Institutos Federais. Cabe também destacar a noção de fontes com a qual este estudo opera, pois afasto-me de um pensamento que supervaloriza as fontes documentais consideradas clássicas. Assim, esta pesquisa trabalha com a compreensão das diversas fontes como vestígios do passado que adquirem novas configurações/refigurações a partir de problemáticas investigativas construídas/reconstruídas no presente, interpeladas pelos “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 1992) de uma pesquisadora que atua na instituição que pesquisa.

Considerando minha inserção no cenário institucional apresentado e os objetivos da pesquisa, este trabalho representa um esforço de construção-reconstrução de uma pesquisa qualitativa. Assim, realizo um resgate histórico institucional que me permite ter suporte para uma análise sobre as disputas discursivas no/do Colégio Pedro II. E essa interpretação, apoiada nas reflexões de Laclau e Mouffe (2004) anteriormente apresentadas, permitiu uma análise de diferentes documentos institucionais e textos legais, além dos registros em áudio de reuniões. Assim, o percurso de desenvolvimento traz influências da Etnometodologia aplicada às organizações.

O debate metodológico qualitativo é mobilizado em pesquisas de diferentes campos, de modo que diversas posições de sujeito são assumidas pelos investigadores, que se dividem entre percepções de aceitação, negação ou meio-termo, entre o que se convencionou chamar de debate qualitativo/quantitativo, além de outras terminologias. Considerando que na pesquisa acadêmica, os pesquisadores deparam-se constantemente com a necessidade de conhecer e definir/redefinir o caminho a percorrer a fim de elaborar de que forma transformar o fenômeno de investigação em um objeto de pesquisa, o objeto aqui delineado também foi construído/reconstruído inúmeras vezes. Considerando que a pesquisa possui caráter descritivo e busca o entendimento do fenômeno da equiparação como um todo, em sua complexidade, aposto que a análise qualitativa é a mais fértil para o objeto aqui configurado. Em tal análise, destaca-se o processo e não apenas o resultado em si mesmo, buscando a compreensão contextualizada de que as atitudes e situações na formação estão interligadas e reconhecendo o impacto do processo de investigação sobre os que estão envolvidos no contexto da pesquisa. Ou seja, adotou-se no decorrer da pesquisa uma postura pós-positivista, onde o pesquisador exerce influência sobre o objeto que está investigando e é por ele influenciado. Situação ainda mais evidente em um contexto em que o pesquisador atua no local que pesquisa.

Considerando que a presente pesquisa se relaciona com estudos organizacionais, a etnometodologia se constituiu como possibilidade proeminente em razão da estrutura organizacional do Colégio Pedro II e das escolhas interpretativas realizadas. Pois as organizações são aqui entendidas como produtos de uma dada realidade socialmente construída por meio de interações entre diferentes e múltiplos sujeitos, e pautadas em contextos intersubjetivos de compartilhamento de significados. A etnometodologia, por se caracterizar enquanto método de natureza

qualitativa, destacando as peculiaridades que cercam o uso das técnicas de coleta de dados no contexto desta abordagem, propõe orientações referentes ao processo de análise e interpretação das informações coletadas. A etnometodologia permitiu compreender os fenômenos organizacionais à luz do cotidiano e pautada nas práticas dos diversos atores sociais que se relacionam com o CPII.

Considerando que a teoria e a prática são inseparáveis na realização de pesquisas, com recortes como os que foram aqui privilegiados, e que a pessoa pesquisadora tem contato com muitos indivíduos em diversas situações durante um longo período temporal; entendo que o resgate histórico entrecruzado com vivências pessoais e com a observação mais apurada dos últimos cinco anos, configura como a melhor escolha metodológica diante de minha inserção como professora-gestora-pesquisadora do Colégio Pedro II. Além de coadunar com o referencial teórico anteriormente apresentado que é marcado pela ideia de movimento e fechamentos contingenciais. Cabe ressaltar que operar na abordagem metodológica da etnometodologia pode guiar o trabalho do pesquisador com as noções e percepções que desenvolveu a partir de suas vivências e inserções em contextos sociais, e tais observações podem ajudar a construir-reconstruir o tom da pesquisa. Assim, as técnicas e os procedimentos empregados nesta superfície textual não se fixaram em padrões pré-determinados ou rígidos. Ao contrário, foram repensados e reconstruídos diante do surgimento de situações e novas informações que foram se apresentando no contexto de análise da empiria.

Acreditando que a pesquisa qualitativa de cunho etnometodológica apresenta maior potencialidade holística, por se desenvolver durante um maior período de tempo, quando comparada a outras metodologias, percebo que foi possível analisar com maior profundidade o processo de equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais mobilizando os recursos metodológicos que propiciam o levantamento de dados por meio do contato com diferentes indivíduos em inúmeras situações cotidianas. Com essa perspectiva, foi possível analisar com mais profundidade a estrutura do CPII a partir das particularidades vivenciadas na instituição ao longo de meu tempo de atuação e em contato direto com gestores nos últimos cinco anos, período em que tive acesso a um maior número de documentos institucionais e textos legais, por estar ocupando o cargo de Diretora-Geral de Campus. Assim, o período temporal de desenvolvimento do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, permitiu trabalhar com com foco e sistematização de

informações, ajudando a responder questões gestadas anteriormente e que me motivaram a ingressar na Pós-graduação.

Dessa forma, ao longo do texto, foram realizadas reflexões que cruzam vivências profissionais, análise documental, representada por diferentes textos legais e referência a áudios do Conselho Superior do Colégio Pedro II. Dessa forma, a empiria foi construída a partir do cruzamento de informações institucionais de distintas naturezas, observação do cotidiano e interação com pares institucionais.

4 - ANÁLISE

Buscando compreender melhor a complexidade do cenário institucional atual, acredito ser fértil remontar, ainda que brevemente, as origens do Colégio Pedro II e seu contexto histórico. Segundo Andrade (1999), a criação da Escola remonta à primeira metade do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em concordância com a autora, o Bispo D. Antônio de Guadalupe havia fundado o Colégio dos Órfãos de São Pedro no ano de 1733, por Provisão da Câmara Eclesiástica, transformando-o em Seminário de São Joaquim, em 1739, sendo localizado em antigo casarão da Rua Larga, hoje conhecida como Avenida Marechal Floriano. No ano de 1766, o colégio ganhou novas instalações na Capela de São Joaquim, aproximadamente no local onde se encontra hoje a Unidade Centro do CP II, dando continuidade à atividade religiosa e intelectual anteriormente iniciada.

Segundo Ana Paula Paes de Paula, *os princípios justificadores da fundação do Estado e o utilitarismo permearam o pensamento liberal durante todo o século XVIII e marcam o início da discussão sobre a amplitude ideal do papel do Estado na sociedade e na economia.* (Paes de Paula, 2005, p.2) O Colégio Pedro II, ainda que temporalmente mais tarde, traz marcas de enunciados utilitaristas na prestação de serviços essenciais de utilidade pública e desenvolve a preocupação de formar cidadãos com agência no Estado Nação. A religião vai perdendo espaço nas instituições escolares e outros discursos vão tomando forma, menos vinculados ao poder atemporal e mais ligados a novas relações de poder tecidas de forma econômica, social e cultural. Grandes nomes da história brasileira frequentaram as dependências do Colégio e tiveram ação política no Estado Nação, sobretudo a partir

do Decreto de 2 de dezembro de 1837, quando o *Imperial Collegio de Pedro Segundo* foi criado.

Ainda segundo Andrade (1999), no ano de 1818, por ato do Rei D. João VI, o Seminário de São Joaquim foi extinto, passando suas dependências a serem usadas com o objetivo de aquartelamento dos soldados do Corpo de Artífices e Engenheiros da Divisão Portuguesa. Em 1821, acatando as rogativas de populares, o futuro imperador D. Pedro I, restabeleceu o antigo Seminário de São Joaquim em seu prédio originário. No período de Regência Trina, em 1831, o então Ministro do Império José Lino Coutinho alterou o caráter do educandário religioso, implantando a habilitação para o trabalho, em práticas como torneiro, entalhador, litógrafo, e instrução militar para a preservação da ordem pública. (ANDRADE, 1999)

Já por iniciativa do ministro interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, o até então Seminário de São Joaquim se transformou no *Imperial Collegio de Pedro Segundo*, por meio de um Decreto de 2 de dezembro de 1837. O nome dado à instituição foi uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que naquela data completava 12 anos de idade. O primeiro dirigente do Colégio foi o Frei Antônio de Arrábida. Deve-se a Bernardo de Vasconcellos, ainda, a criação do grau e diploma de Bacharel em Ciências e Letras pelo colégio.

No ano de 1857, o Colégio Pedro II se dividiu nos regimes de Externato e Internato, objetivando facilitar a gerenciada distribuição de alunos. Assim, o decreto de instituição do internato é de 24 de outubro de 1857. Primeiramente, o Internato funcionou em um casarão na Chácara do Matta, no antigo Bairro do Engenho Velho, na Rua São Francisco Xavier, próximo ao Largo da Segunda-Feira. As antigas instalações do internato foram destruídas por um incêndio em 1961.

No ano de 1889, a unidade foi transferida para o Campo de São Cristóvão, onde atualmente se localizam os *campi* São Cristóvão I, II e III; o programa de pós-graduação e a Reitoria. Com a Proclamação da República e a tentativa de “apagamento” das marcas do Império, o Colégio passa a se intitular Instituto Nacional de Instrução Secundária, sofrendo outra alteração de nome para Ginásio Nacional, em 1890. Dois anos após, o Internato é extinto e é então criado o 2º Externato, fundido ao Externato localizado no Centro pelo mesmo regulamento.

Em 1909, outra mudança. O presidente Nilo Peçanha, ex-aluno do Colégio, decreta que o Externato passe a se chamar Externato Nacional Pedro II e o 2º Externato, Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos. Apenas em 1911, sob decreto do presidente Marechal Hermes da Fonseca, também ex-aluno, a Instituição retorna à denominação de Colégio Pedro II, dividido em Externato e Internato.

Em 2 de dezembro de 1937, o primeiro centenário do Colégio foi comemorado com diversas celebrações na Quinta da Boa Vista — antiga residência imperial — e nos bairros de São Cristóvão e da Praia Vermelha. Uma sessão solene promovida pelo Ministério da Educação reuniu o então presidente Getúlio Vargas, diplomatas, ministros de Estado e membros do corpo docente e discente no Teatro Municipal.

(Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1632-per%C3%ADodo-republicano.html> - Publicado em Terça, 26/08/2014, 21:12)

A reforma da educação Rocha Vaz, conhecida também como João Luiz Alves, por meio do decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, criou o Conselho Nacional de Ensino, sendo membros natos os diretores, um catedrático e um dos docentes do Colégio Pedro II, na Seção de Ensino Superior e Secundário. A análise do período compreendido entre 1930³ e 1937, ano do centenário do CPII, mostra que representou um período de resgate da identidade institucional e prestígio do Colégio Pedro II em função das atribuições colocadas pelo Estado (Andrade, 1999) em face da nova conjuntura nacional e internacional. A relação do Colégio Pedro II com o governo passou a ser tão próxima, que a Escola era utilizada como meio para projetar o Brasil em eventos no exterior. O jornal *O Malho*, na edição 228, de 14 de outubro de 1937, publicou uma fotografia do Gabinete de Física do CPII para ser exposta em um *stand* representando o Brasil em uma Exposição na cidade de Paris.

A representação criada pelo governo brasileiro na exposição de 1937 não se limitaria apenas em preencher o espaço ocupado por seu pavilhão com mercadorias e expressões de seu progresso econômico. Outros produtos e materiais deveriam mostrar que a sintonia do país com o desenvolvimento do mercado capitalista internacional ocorria também no campo das ciências, artes e técnicas. Pois segundo a comissão organizadora, deveria ficar claro que 'nas ciências e nas artes, o Brasil também singularizar-se-á na referida concorrência internacional' (DOU, 1937). Logo, as 'glórias científicas' do país teriam lugar de destaque no pavilhão brasileiro. No engajamento pelo desenvolvimento intelectual, técnico e científico brasileiro por meio do ensino médio e da formação superior estariam o Colégio Pedro II e a Universidade do Brasil (DIAS, 2015, p. 4155-4156).

³ Cabe ressaltar que 1930 foi o ano em que ocorreu o movimento que depôs o presidente Washington Luiz e colocou Getúlio Vargas no poder. No mês de novembro de 1930 ocorre a suspensão dos exames do CPII e uso de parte das instalações do Colégio para abrigar tropas do exército. A partir de dezembro do mesmo ano, é realizada a mudança da direção-geral do Colégio Pedro II. A instituição passa por um período de reorganização. No ano de 1932, são retomadas as atividades regularmente no Colégio. É executada uma nova reforma educativa por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que subsidia a elaboração de nova lei, então o Colégio Pedro II é reconhecido como "padronato". Tal reconhecimento fazia com que o Currículo do Colégio Pedro II funcionasse como "um modelo a ser seguido" pelas instituições de ensino do país. A Congregação do Colégio Pedro II amplia seus poderes, recebendo o papel de elaborar propostas sobre programas e métodos para o país como um todo.

No ano de 1937, acontece a fusão do internato com o externato, que demandava obras. As comemorações pelo centenário do Colégio Pedro II, revigorou o prestígio da Escola no final da primeira fase de Vargas, se configurava um contexto em que interessava ao governo o engrandecimento de suas instituições nacionais. Em 1942 é promulgada a Lei orgânica do Ensino que realiza a reforma do Ensino Secundário. O CPII deixa de ser mencionado como Colégio Padrão. É possível observar que o contexto nacional de instabilidade política reverbera no Colégio.

Um detalhe possivelmente interessante é que, até os anos 50, a validação dos exames dos colégios particulares exigia que seus programas de ensino fossem equiparados aos do CPII. Assim, o Colégio ao mesmo tempo que formava cidadãos considerados de elite para ocupar postos de Estado, também norteava os caminhos a serem seguidos por todas as instituições nacionais de ensino.

Passados os anos iniciais do Período Republicano, a instituição se reorganizou e voltou a crescer. Desde então, o Colégio passou por diferentes ciclos de expansão. O primeiro deles se deu durante a década de 50, tendo a criação das Seções Escolares. As duas primeiras criadas no ano de 1952, durante o governo de Getúlio Vargas em um contexto de tentativa de profissionalização do serviço público. A Seção Norte foi instalada no Engenho Novo, no antigo prédio do Colégio Independência que se localizava na Rua Barão do Bom Retiro. Mais tarde, o prédio foi ampliado para atender à crescente demanda de estudantes. Já a Seção Sul começou a funcionar no antigo prédio do Colégio Brasil América, na atual Rua Humaitá. Nos idos de 1957, no então governo Juscelino Kubitschek, foi instalada a última seção na Rua Francisco Xavier, no bairro da Tijuca, no prédio que anteriormente abrigara o Colégio Felisberto de Meneses. Apesar do processo de expansão, a tomada de decisões no Colégio Pedro II continuava centralizada, seguindo a lógica de centralização e autoritarismo da própria administração pública brasileira no período.

Segundo Paes de Paula,

a herança colonial contribuiu para que a centralização do poder na cúpula e o autoritarismo do poder público se tornassem traços distintivos da administração pública brasileira, que persistiram durante a República Velha (1889-1929) e a era Vargas (1930-1945). Essas características não impediram as primeiras tentativas de profissionalização do serviço público, que têm sua origem no governo de Vargas. (PAES de PAULA, 2005, p. 109)

Terminado o primeiro ciclo de desenvolvimento, foi em 28 de fevereiro de 1967, que o CPII foi transformado em autarquia do MEC por meio do Decreto-Lei nº 245 (lembrando que somente por lei específica pode ser criada autarquia). Assim, ganhou autonomia orçamentária, financeira e patrimonial, passando a ser dotado de personalidade jurídica própria; o que lhe atribui certa liberdade de ação. De acordo com o Artigo 1:

O Colégio Pedro II, instituto oficial de ensino, passará a constituir órgão de administração indireta da União, com personalidade jurídica, de natureza autárquica, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos deste Decreto-lei. (Decreto 245/1967 - Ato administrativo em espécie).

Durante a década de 80, ocorreu nova expansão com a criação das unidades voltadas para os hoje chamados Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A criação dos “Pedrinhos”, como ficaram conhecidas essas unidades, foi o início da expansão interna do Colégio Pedro II que ocorreu após um período de crise institucional e seu contexto de gestação remonta ainda a década de 70 porque nesta década a Escola viu o número de matrículas diminuir e estava correndo o risco de se tornar um estabelecimento que possuía apenas o 2º Grau. A filosofia de diversificação organizacional, com um novo ciclo de expansão, ocorreu como uma forma de defesa institucional, um modo de evitar que questões políticas externas ao CPII pudessem mais uma vez causar algum tipo de esvaziamento, e/ou enfraquecimento, da Escola. No ano de 1979, as seções passaram a ser chamadas de Unidades Escolares, sendo complementadas com o nome do bairro onde se fixavam e a Escola buscava encontrar meios de voltar a ter o esplendor de outrora.

Sob o lema o “*Novo Velho Pedro II*”, em 1979, foi realizado o Primeiro Encontro Pedagógico da instituição. Neste encontro, concretizado no período de 30 de julho a 4 de agosto do ano de 1979, buscando a participação do corpo docente, a Escola objetivou em um contexto de política educacional posta pelo MEC, ratificar o papel que o Colégio Pedro II vinha tendo no cenário nacional, como um possível espaço de operacionalização de políticas. O Colégio Pedro II mais uma vez se firmava no cenário nacional. Em pleno contexto de pressão pela abertura política, buscou por meio de um processo democrático, contestar a hegemonia do pensamento autoritário, mostrando que tinha potencial e organização interna para elaborar inovações

metodológicas que poderiam influenciar outros espaços brasileiros. Assim, a Escola objetivou:

- a) elaborar, manter e avaliar inovações metodológicas que permitam ao MEC utilizá-las em benefício de outras áreas brasileiras;
- b) constituir-se em um laboratório de experiências curriculares, pedagógicas e didáticas que forneçam ao MEC subsídios para a formulação de suas estratégias e políticas educacionais; (CPII - PGE, 1981, p. 4)

O encontro de 1979 e suas discussões impactaram o trabalho institucional da década de 80, além disso, outros acontecimentos do período merecem destaque. O primeiro encontra-se relacionado ao crescimento das matrículas no Colégio, em função de convênios estabelecidos com a Secretaria Municipal de Educação da época. Já o segundo, ao retorno da tradição dos concursos de seleção para ingresso nas séries finais do antigo 1º grau.

Acrescenta-se aos acontecimentos anteriores, a criação do *Pedrinho* em 1984, à época denominado Unidade II, que era destinado à instrução das primeiras séries do então 1º grau. Restabelecido o acesso e garantida a manutenção do Segundo Segmento através de concurso, surgiu a ideia de se criar o Primeiro Segmento dentro do CPII para completar os quadros do colégio, garantindo a entrada de novos alunos. Surgiram rumores de que o Colégio Pedro II deixaria de integrar a Rede Federal. Como resposta, funcionários e ex-alunos iminentes lançaram a campanha “Para Sempre Federal” e o Colégio acabou integrando o texto da Constituição de 1988.

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

§ 2º O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal. (CF, 1988)

Em finais dos anos 80 e início dos anos 90, uma forte crise econômica que se estabeleceu no país alterou os rumos de expansão e formação docentes que a Escola vinha tomando, o que teve forte impacto pedagógico em todo o Colégio Pedro II, mas em particular e de forma mais visível nas recém-criadas Unidades I. A falta de verbas destinadas à educação pôs fim ao assessoramento dos professores, diminuiu o quantitativo de profissionais que atuavam no planejamento e forçou a um aumento do número de alunos nas turmas.

O período temporal citado no parágrafo anterior foi marcado por uma reflexão acerca do papel do Estado e suas ações na sociedade e na economia. A crise econômica teve grande impacto sobre os serviços públicos brasileiros, o que levou a ponderações sobre a necessidade de diminuição da burocracia estatal e como tornar os serviços mais eficientes e eficazes com o menor custo possível, seguindo as lógicas de mercado. Ainda segundo Paes de Paula *pele tratamento do provimento dos serviços públicos como um negócio e pela inserção da lógica empresarial no setor público, a nova administração pública também ficou conhecida como administração pública gerencial* (Paes de Paula, 2005, p. 19). Tal visão sobre os serviços públicos teve grande impacto na educação como um todo e, mais particularmente, no Colégio Pedro II, que com a Reforma Administrativa do Governo Collor, em 1991, teve a sua estrutura pedagógica e o quadro de funcionários enxugados, o que impactou o trabalho durante a década de 90.

O impacto da agenda neoliberal na educação, teve grande efeito no Colégio Pedro II, pressionando a forma de funcionamento da instituição, como ocorreu com outras instituições de ensino públicas. A diminuição do quadro de pessoal, impactou estratégias pedagógicas e dificultou o funcionamento institucional. O gerencialismo na administração pública, sem levar em consideração que uma Escola não é como uma empresa, causou prejuízos pedagógicos e dificultou atividades de formação de professores. As assessorias, por exemplo, realizadas durante a década de 80 com os professores do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental pararam de ser realizadas. Tais assessorias ajudavam os professores a refletir sobre o seu próprio fazer, trabalhando as relações entre teoria e prática, com especialistas considerados de referência em suas áreas de conhecimento.

Cabe ressaltar que após a expansão do início dos anos 80, pode-se considerar que o mais recente ciclo de expansão da instituição se deu nos primeiros anos após a virada do século; sobretudo, entre os anos de 2004 e 2010, com a criação de Unidades Escolares em Realengo e nos municípios de Niterói e Duque de Caxias, totalizando 14 *campi* e caracterizando a expansão metropolitana. Todos os prédios dos *campi* são bens públicos de uso especial. O CP II, além de seus prédios, possui terrenos no Complexo de Realengo e São Cristóvão. Sendo assim, bens de uso

especial podem ser móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas⁴ e são utilizados pela Administração para a realização de suas atividades. Nessa perspectiva, são afetados a um serviço público, em sentido amplo, a educação de estudantes da Educação Infantil até a Pós-graduação.

A lei nº 12.677, de 25 de Junho de 2012, em seu artigo 6º, alterou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que passou a vigorar acrescida dos artigos 4-A, 13-A e 13-B, todos relacionados ao Colégio Pedro II. O artigo 4º é o que equipara o Colégio Pedro II aos Institutos Federais.

Art. 4-A O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior. (Lei nº 12.677, 25/06/2012)

Já o artigo 13 obrigou o Colégio Pedro II a ter a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais, o que modificou profundamente todo o arcabouço administrativo da instituição.

Art. 13-A O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 13-B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição.

Parágrafo único. A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação. (Lei nº 12.677, 25/06/2012)

Com a equiparação aos Institutos Federais, cada Campus do Pedro II tornou-se uma Unidade Gestora (UG) do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e uma UASG (Unidades Administrativa de Serviços Gerais), do SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais); com acesso de uso ao Portal de compras do Governo Federal. Os atos e fatos administrativos do Governo Federal pautados com as aquisições de materiais e prestação de serviços são realizados nos sistemas de acesso restrito (SIAFI e SIASG)

⁴ Cabe ressaltar que Bens de Uso Especial são bens móveis ou imóveis, destinados ao uso pelo próprio Poder Público para a prestação de serviços para a população que os utiliza na qualidade de usuários de um determinado serviço. Exemplos: Escolas, Hospitais, Fóruns.

e de acesso livre (www.comprasnet.gov.br). A publicidade costuma ser feita no Diário Oficial da União (DOU) e no referido *site*. Assim, cada um dos *campi* da Escola passou a gerir seus recursos de forma autônoma, realizando inclusive, processos licitatórios de modo independente da Reitoria. Algo que não acontecia antes, porque os recursos eram geridos pela reitoria e as compras e contratações, não necessariamente passavam pelas demandas dos Diretores das Unidades Escolares. O novo Diretor de Campus se tornou também Ordenador de Despesas. O processo de descentralização iniciou-se em 2012 e vem sofrendo alterações a cada ano desde então.

A própria estrutura organizacional da instituição se modificou, o que hoje representa o Reitor, antes se intitulava Direção-Geral do Colégio Pedro II. Além disso, os antigos Diretores de Unidade deram lugar aos Diretores-Gerais de Campi, subsidiados por um Diretor Pedagógico e um Diretor Administrativo. Assim como preconizado pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, Seção IV, *Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais*, em seu artigo 11: *Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores*. A partir do processo de equiparação, passou a integrar a Reitoria do Colégio Pedro II, cinco Pró-Reitorias, cada uma delas possui atribuições diferenciadas e precisam seguir leis e instruções normativas específicas, a saber:

- A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) - que é a unidade organizacional responsável pelo planejamento, coordenação e direção da gestão orçamentária, financeira e contábil; competindo também fomentar e acompanhar as atividades e políticas administrativas.
- A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODI) - que tem como objetivo o desenvolvimento das políticas institucionais definidas pela Reitoria, levantando e analisando resultados obtidos em busca do aprimoramento dos processos educacional e administrativo.
- A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) - que é o órgão executivo ao qual compete planejar, desenvolver, coordenar, supervisionar, fomentar e acompanhar a execução de atividades de Ensino Básico, tais como desenvolvidas nos diferentes campi do colégio, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) - que é a unidade organizacional responsável pela elaboração, implantação, planejamento,

execução e avaliação das ações de gestão, qualidade de vida e desenvolvimento de pessoas, que abrangem os servidores docentes, técnico-administrativos, professores contratados e terceirizados. Empregando como premissa o fato de que todos são agentes responsáveis pela construção e gestão da Escola e que sua eficiência depende da competência de seus funcionários.

- E a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) - responsável por planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, extensão e cultura integrando-as ao ensino. A fim de melhorar as condições materiais para o desenvolvimento de tais ações, a PROPGPEC promove o intercâmbio com instituições de fomento e formula políticas de apoio à pesquisa com recursos da Reitoria do Colégio.

As cinco Pró-Reitorias existem para garantir que a Seção II, Das Finalidades e Características dos Institutos Federais, da Lei nº 11.892, seja cumprida de acordo com o artigo 6º:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim como nos Institutos Federais, as decisões da Escola também passaram a ser tomadas a partir das contribuições de diferentes órgãos Colegiados, a saber:

- O Conselho de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo, que é um órgão de assessoramento ao processo decisório da Reitoria. Presidido pelo Reitor, possui em sua composição os Pró-Reitores e os Diretores-Gerais eleitos pelos *campi*. O Conselho de Dirigentes realiza reuniões mensais e, extraordinariamente, pode se reunir quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros
- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepe), que representa um órgão de assessoramento do Reitor. Presidido por ele, possui em sua composição o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, os Diretores-Gerais dos *campi*, os Chefes de Departamentos Pedagógicos e o Chefe da Seção de Educação Especial. Cabe ressaltar que os Chefes de Departamento não existem na estrutura dos Institutos Federais, o que mostra que algumas tradições se perpetuam na estrutura da instituição, apesar das substanciais modificações que ocorreram a partir de 2012. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão se reúne, ordinariamente, conforme dispõe seu Regimento Interno e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente, ou também, por dois terços de seus membros.
- O Conselho Superior (Consup) é órgão máximo decisório do Colégio Pedro II, tendo caráter consultivo e deliberativo. É presidido pelo Reitor e possui em sua composição representantes do corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico-administrativo, do Conselho de Dirigentes, um representante do MEC, egressos da instituição e responsáveis legais de estudantes. O Consup realiza reuniões ordinárias a cada dois meses e reuniões extraordinárias quando convocado por seu presidente ou dois terços de seus membros.

Cabe salientar que o Conselho de Dirigentes e o Conselho Superior são previstos na Lei nº 11.892, na Seção IV, Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais, pois o artigo 10 afirma: *A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior*. Entretanto, o CONEPE não existe na legislação dos Institutos, constituindo-se como uma especificidade do Colégio Pedro II. Representando uma herança institucional do Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967 e que resistiu ao longo do tempo

mostrando a força das disciplinas escolares. Naquele momento, a administração do Colégio Pedro II era constituída pelos seguintes órgãos: Congregação, Conselho de Curadores, Conselho Departamental, Diretoria-Geral e Diretorias.

De acordo com o artigo 30, letra “e” do decreto citado: “as diversas disciplinas serão organizadas em Departamentos, constituído o professorado em quadros”. A continuidade da existência do CONEPE pode ser interpretada como a tentativa de manutenção de uma tradição institucional vinculada às Chefias de Departamento, pois tais chefias existem no âmbito da instituição, muito antes da equiparação aos Institutos para buscar manter uma aproximação no trabalho pedagógico dos diferentes espaços institucionais, outrora chamados de unidades, hoje chamados de *campi*.

Como é possível perceber ao longo do texto, o Colégio Pedro II é uma Autarquia, ou seja, Pessoa Jurídica de Direito Público que envolve interesse público. Foi criado por lei, apresenta especialidade e tem certa autonomia decisória, apesar das investidas de controle do MEC, o que por vezes gera tensionamentos. O CPII, enquanto autarquia, busca garantir o caráter definitivo das suas decisões (tomadas sobretudo, a partir de seus conselhos) e seu poder regulamentar interno, sobre questões didático-pedagógicas e mesmo orçamentário-financeiras; respeitando é claro, as diferentes leis e instruções normativas que embasam as atividades institucionais. O CPII é considerado uma autarquia especial, sendo seu regime, possível de comparação com Universidades Federais, que inclusive, costumam se organizar de forma semelhante possuindo Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas, Departamentos e/ou Colegiados de Cursos. Assim como as Universidades Federais, o CPII possui autonomia didático-científica, o Reitor é eleito para mandato de período definido de quatro anos e a Escola também possui auto-organização, mas considerando a influência do MEC, da CAPES, das diferentes leis... Entretanto, apesar de autarquia, por ser equiparado aos Institutos Federais, precisa se organizar considerando também as decisões da rede. Assim, o Colégio Pedro II acompanha o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que representa uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento de formação profissional, técnica e tecnológica, de pesquisa e de inovação. Assim como o Colégio Pedro II, o CONIF busca por meio do debate, a defesa de uma educação pública, gratuita e de excelência.

O pertencimento ao Conif traz pontos positivos e negativos para o CPIO. Se, por um lado, garante uma certa proteção e favorece lutas trabalhistas, como a resistência a tentativas de governos de aumentar a carga horária de ensino dos docentes da rede, por outro, também pode gerar distorções. Por exemplo: a Matriz Conif, criada com representações dos diferentes institutos, orienta como deve acontecer a distribuição de recursos orçamentários entre campi e níveis de ensino. Considerando que o CPIO é o único da rede que possui Ensino Fundamental, esses alunos representam menores valores na Matriz Conif. A administração dos Institutos Federais tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, fóruns decisórios que não existiam no CPIO antes do processo de equiparação e cuja presidência é exercida pelo Reitor de cada um dos Institutos.

Os fóruns institucionais existentes em toda a rede dos institutos, fóruns estes muitas vezes citados no Conif pela fala dos reitores representaram uma mudanç paradigmática no CP2 porque apesar da legislação brasileira já garantir a gestão do ensino público de forma democrática e plural, internamente no Colégio Pedro II existe uma constante luta pela garantia da participação da Comunidade escolar em processos decisórios, como comprovam os áudios das reuniões do CONSUP, presentes no site da Escola,⁵ para acesso daqueles que desejarem. Assim, apesar do artigo 206, presente no Capítulo III, Seção I da Constituição Federal de 1988, afirmar que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 (...) III– pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV– gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 (...) VI– gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII– garantia de padrão de qualidade; (...)
 (BRASIL. Constituição Federal, Art. 206)

E, apesar ainda, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n 9394/96, nos artigos 14 e 15, versar sobre gestão democrática e ensino público de forma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

⁵<https://www.cp2.g12.br/component/content/article/117-org%C3%A3os-colegiados/498-consup-%C3%A1udios-das-reuni%C3%B5es.html>

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

(BRASIL. Lei nº. 9394/96, Artigos 14 e 15)

No caso do Colégio Pedro II, a maior parte das decisões continuava centrada na antiga Direção-Geral até o momento da equiparação aos Institutos Federais, quando se tornou Reitoria. Até 2012, apesar da busca pela gestão democrática ser prevista constitucionalmente, constar na Lei de Diretrizes e Bases e representar o desejo de muitos membros da Comunidade Escolar, ela ainda não se configurava como uma realidade na instituição. Torna-se importante destacar que as contribuições de Laclau (2005, 2011) permitem analisar a ideia de representação por meio da luz da questão da constituição das identidades políticas. O que estaria em jogo na democracia seria sempre resguardar um espaço aberto para a transformação. Nessa perspectiva, a importância dos processos democráticos reside no fato de se constituir como uma forma de organização do poder simbólico que cuida da abertura do espaço público. Assim, garantir a democracia no Colégio é garantir a transformação das possíveis insatisfações em demandas, por isso muitos membros da Comunidade Escolar ansiavam pela possibilidade de garantir suas representações, mesmo antes, mas principalmente depois de 2012.

Segundo Laclau e Mouffe (2004), uma democracia somente seria radical quando cada identidade possuísse condições de se autonomizar e lutar contra diversas formas de subordinação. A democracia radical representaria um terreno em que não existe um fundamento positivo último, apriorístico, o que possibilitaria o surgimento de novas e constantes práticas de resistência contra diversas e novas formas de subordinação. A comunidade escolar do CPII, que já ansiava pela possibilidade de defender suas demandas, a partir de 2012 ganhou mais possibilidades de luta e resistência a decisões autocráticas da Reitoria. Atualmente, a gestão democrática ainda se configura como um desafio para o Colégio Pedro II, como

comprovam os áudios das reuniões do Conselho Superior - CONSUP que ficam disponíveis no *site*⁶ da instituição.⁷

As palavras de Foucault nos permitem pensar sobre os sistemas de ensino, considerando as falas dos membros nos áudios do CONSUP, legislações e documentos normativos internos, como enunciados discursivos que, ao serem apropriados, estão imersos em relações de poder.

o que é (...) um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

(FOUCAULT, 1996, p.44)

No caso da instituição Escola, poder e saber se encontram intrinsecamente relacionados e fixam papéis e sentidos previstos em diferentes leis, como a de nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais e dando outras providências, sendo o Colégio Pedro II, autarquia federal, equiparado aos Institutos Federais pela Lei 12.677/2012. A LDB define, em seu artigo 16, o sistema federal de ensino como aquele que compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação. No artigo 9º, define que é incumbência da União a organização, a manutenção e o desenvolvimento dos órgãos e instituições oficiais deste sistema. A mesma lei faz referência, no artigo 78, ao sistema de ensino da União, interpretado aqui como sistema federal.

Assim como em Foucault (1996), a questão do poder é importante para Laclau (2005). Este questiona o próprio valor das instituições como neutras, defendendo que representam a cristalização de diversas relações de poder entre grupos. O autor faz a opção por caracterizar as organizações sociais em termos de equilíbrios de poder. Considerando o sentido do discurso sempre como transitório, o sistema institucional

⁶ Os áudios podem ser acessados por meio do link seguinte visualizado em 11 de julho de 2022 às 10h e 54min. http://www.cp2.g12.br/index.php?option=com_content&view=article&id=498&catid=117

⁷ Cabe ressaltar, inclusive, que no referido *site*, o primeiro áudio disponível é o da 9ª Reunião Extraordinária de 28 de fevereiro de 2013 e que a lei nº 12.677, de equiparação, é de 25 de junho de 2012.

educacional no Brasil pode ser interpretado como obsoleto em relação à absorção de novas demandas sociais, que, divergem em suas origens, mas se manifestam em movimentos concretos. A criação dos Institutos Federais e a equiparação do Colégio Pedro II aos anteriores, pode ser interpretada como uma possível tentativa de resposta para essas demandas, sobretudo no aspecto da democratização do Ensino Público. A aposta no antagonismo, realizada por Laclau (2005, 2011), de que as formações discursivas não se encaminham na direção de um objetivo final, que a produção de sentidos é contingente, mostra o dinamismo das relações de poder. Por mais que o poder político exercido pela Reitoria, no caso do CPII, trabalhe para se hegemonizar, as diversas demandas de diferentes representações da Comunidade escolar contrapõem-se a ele.

Com isso, partindo da percepção de que não se detém o poder, mas ele pode ser exercido de múltiplas formas, procuro compreender esse movimento de equiparação do Colégio aos Institutos Federais, percebendo tradições, heranças e momentos de ruptura e mudança que trazem influências de diferentes perspectivas dos agentes institucionais, algumas vezes reunidas por meio de demandas comuns a grupos. A configuração da própria estrutura dos campi em suas relações hierárquicas entre si e com a Reitoria, sobretudo, após o movimento de equiparação aos Institutos Federais evidencia a passagem de uma gestão mais hierarquizada e estruturada, para uma gestão em rede que estimula disputas entre diversos enunciados que giram em torno de uma visão hegemônica do que configura uma gestão democrática.

O pluralismo dos contextos sociais e econômicos dos diferentes *campi* do CPII exerce influência também na diversidade de demandas que passaram a ser apresentadas nos Conselhos e Fóruns institucionais por suas representações após a equiparação. Localizados em áreas geográficas distintas - dentro do Município do Rio de Janeiro, em Caxias, na Baixada Fluminense e em Niterói -, a diversidade dos campi muitas vezes é disfarçada por uma pretensa unidade dentro da Instituição. Esta unidade é buscada por instrumentos normativos que podem também exercer, em determinados momentos, papel coercitivo e que tensionam processos democráticos.

A hierarquização da tomada de decisões, mesmo após a adoção de uma estrutura multicampi, aparentemente é um ponto central para conhecer a instituição e compreender algumas tensões, principalmente, quando se considera a constituição dos diferentes fóruns decisórios do CPII e a ação dos representantes eleitos que atuam nesses espaços decisórios. Muitas vezes ocorrem atritos entre os fóruns e a

tentativa de fóruns consultivos passarem a deliberar, tentando não deixar que alguns temas cheguem ao Conselho Superior. Além disso, a Presidência do Conselho, exercida pelo Reitor, em diversos momentos não homologou decisões tomadas no CONSUP, ou dificultou a discussão de determinados temas no conselho, levando a judicialização da questão pelo sindicato dos servidores. Entre momentos de centralização e tentativas de descentralização, na história da instituição é possível perceber lógicas de gestão incessantemente em disputa.

5 - CONCLUSÕES:

Retomo aqui brevemente alguns pontos da pesquisa, acrescentando as imprevisibilidades do desenvolvimento do trabalho de investigação realizado que culminou na configuração final do texto. Iniciei a escrita admitindo provisoriidades e contingências, e faço o mesmo ao terminá-la, por acreditar que todo resultado de pesquisa representa um momento singular. Assim, gostaria que as considerações finais fossem percebidas como férteis e parciais simultaneamente, como uma síntese provisória do heterogêneo, e retomo alguns pontos que são relevantes para responder a pergunta de pesquisa. Ressalto que estes pontos, por vezes, são percebidos no cotidiano institucional por alguns membros, mas não são problematizados ou abordados no fazer de outras pesquisas já desenvolvidas em âmbito institucional.

De um modo geral, a configuração da própria estrutura do Colégio Pedro II se modificou após o movimento de equiparação aos Institutos Federais, evidenciando traços e disputas entre antigas formas de conceber a instituição e novos olhares. Assim, algumas heranças se fazem presentes mesmo com todo o processo de modificação. Ocorreram, sim, rupturas, mas em uma instituição secular, mesmo mudanças administrativas e organizacionais profundas, possuem dificuldade para romper com antigas mentalidades.

Os espaços decisórios da instituição se modificaram profundamente após a equiparação aos Institutos Federais. Cabendo ressaltar que, conseqüentemente, o poder hierárquico, que existe no âmbito das atividades administrativas e compreende a prerrogativa que tem a própria Administração para coordenar, controlar, ordenar e

corrigir as atividades administrativas dos órgãos e agentes no seu âmbito interno, se modificou institucionalmente.

A hierarquia institucional, característica inclusive, da própria administração pública brasileira, no Colégio Pedro II, em alguns momentos apresentou tensionamentos, principalmente, após o processo de equiparação, diante da necessidade de tomada de decisões mais horizontalizadas e democráticas, envolvendo a participação da comunidade escolar por meio de suas representações, sobretudo, considerando o Conselho Superior (CONSUP) da instituição. Em diferentes áudios das reuniões, é possível perceber disputas, tensões entre conselheiros e, inclusive, judicialização de decisões tomadas em âmbito administrativo pela Reitoria, mas que não foram objeto de discussão no Conselho.

O processo de equiparação iniciado em 2012 se evidencia nas disputas diárias entre: centralização x descentralização, antigos modelos administrativos x novos modelos administrativos, eficiência x equidade, hierarquia x participação, como foi possível observar nos documentos institucionais analisados e nos áudios das reuniões do Consup. Entretanto, tais disputas não são aqui interpretadas como binarismos em oposição direta, mas como processos de hegemonização contingenciais que reúnem demandas de múltiplos sujeitos por meio das lógicas de equivalência e diferença. Sendo assim, aposto em uma perspectiva que interpreta todo fechamento como contingencial e que interpreta as disputas citadas anteriormente, em certa medida, como características da instituição em tela. Tais disputas, inclusive, não se apresentaram em oposição binária. Elas se imbricaram, articularam e rearticularam de diferentes maneiras, ora sobrepujando alguns aspectos em detrimento de outros, ora trazendo aspectos antes enfraquecidos em cadeias de articulação que empoderaram determinadas demandas. Mobilizando Laclau e Mouffe (2004), as disputas citadas representam um processo inerente da constituição do político.

Logo, atingindo o fechamento provisório desta pesquisa, observo que ainda há a necessidade de compreender mais densamente as lógicas de organização do Colégio Pedro II no tempo presente. Este trabalho investigativo, por exemplo, não buscou abordar alterações pedagógicas nos diferentes níveis de ensino ou a criação dos novos cursos técnicos e de especialização que também ocorreram nos últimos anos. Devido à relevância e necessidade de serem construídos mais estudos e pesquisas que tragam como prioridade fatos do tempo presente no CPII, alerto que os desdobramentos destes fatos não devem ser feitos como leitura binária (regulação

ou emancipação), mas em seus múltiplos sentidos e significados. Considerando as hegemonias contingenciais construídas-reconstruídas a partir da lógica da diferença e da lógica da equivalência que Laclau e Mouffe (2004) desenvolvem em suas teorizações, percebo que as contribuições desses autores podem também ser férteis para futuras pesquisas. Considerando a inexorabilidade da História, não é possível dizer onde a instituição chegará depois do processo de equiparação, mas é possível afirmar que tal processo trouxe novas problematizações e reflexões para o Colégio Pedro II.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13a ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010. (reimpressão)

BURITY, Joanildo. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Edições Bagaço Ltda, 1997, p.29-74.

_____. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p.35-51.

_____. **Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política**. In: Revista Teias, v.11, n. 22. p.07-29, maio-agosto/2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **O Colégio Pedro II encontra o século XXI**. Revista Contemporânea de Educação, [S.l.], v. 3, n. 6, dez. 2011. ISSN 1809-5747. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1549>.

COLÉGIO PEDRO II. **Plano Geral de Ensino**. São Cristóvão/RJ, 1981.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Primeira e segunda séries do 1º grau. São Cristóvão/RJ, 1984.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Primeiro Segmento do 1º grau. São Cristóvão/RJ, 1986.

DENHARDT, R.B.; CATLAW, T.J. O humanismo organizacional e a nova administração pública. In: _____ (orgs.). **Teorias da Administração Pública**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

DIAS, W. D. A participação brasileira na exposição de artes e técnicas da vida moderna em Paris – 1937. In: **Anais do VII Congresso Internacional de História**. ISSN 2175-4446 Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1433, 2015, p. 4149-4160. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1433.pdf>

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Edições Loyola 1971; 1996 (reimpressão)

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol. 5, n. 10, 1992.

LACLAU, Ernesto. **Universalismo, particularismo y la cuestion de la identidad**. In: Emancipación y diferencia. Lisboa: Difel, 1996. p. 43-119

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. **Desconstrução, pragmatismo, hegemonia**. In: MOUFFLE, Chantal. **Desconstrucción y pragmatismo**. Buenos Aires: Paidós, 1998. p. 97-136

_____. **Emancipação e diferença**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARCHART, O. **Post-Foundational, Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh University Press, 2007, 209 páginas.

_____. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: MENDONÇA, D. & RODRIGUES, L.P. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2008.

_____. **El pensamiento político posfundacional: la diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau**. 1ª Ed. - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PAES de PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública**. Editora FGV, 2005.

VALDEMARIN, Vera Teresa. A construção do objeto de pesquisa. In. SILVA, Marilda da e VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.